

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

3

Direção de

Victor Leonardo de Araujo

Fernando Augusto Mansor de Mattos

Títulos publicados

Coleção ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Indústria brasileira: origem e desenvolvimento, Wilson Suzigan

A economia brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações, Victor Leonardo de Araujo & Fernando Augusto Mansor de Mattos (orgs.)

Desigualdades: visões do Brasil e do mundo, Fernando Augusto Mansor de Mattos, João Hallak Neto & Fernando Gaiger Silveira (orgs.)

DESIGUALDADES
Visões do Brasil e do mundo

Apoio:



OXFAM
Brasil

Fernando Augusto Mansor de Mattos

João Hallak Neto

Fernando Gaiger Silveira

organizadores

DESIGUALDADES
Visões do Brasil e do mundo

HUCITEC EDITORA

São Paulo, 2022

© Direitos autorais, da organização, 2022, de
Fernando Augusto Mansor de Mattos, João Hallak Neto
& Fernando Gaiger Silveira
© Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020 São Paulo, SP
Telefone (55 11 3892-7776)
www.huciteceditora.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial
MARIANA NADA

Produção editorial
KÁTIA REIS

Assessoria editorial
MARIANA TERRA

Circulação
ELVIO TEZZA

Apoio:



OXFAM
Brasil

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

D487

Desigualdades : visões do Brasil e do mundo / organizadores Fernando Augusto Mansor de Mattos, João Hallak Neto, Fernando Gaiger Silveira. - 1. ed. - São Paulo : Hucitec, 2022.

486 p. ; 23 cm.

(Economia e desenvolvimento ; 3)

Inclui índice
ISBN 978-85-8404-276-0

1. Ciências políticas. 2. Desigualdade - Aspectos econômicos. 3. Desigualdade - Aspectos históricos. I. Mattos, Fernando Augusto Mansor de. II. Hallak Neto, João. III. Silveira, Fernando Gaiger. IV. Série.

22-78546

CDD: 305.5
CDU: 177.5

Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

*Dedicamos este livro à memória de
Celso Furtado*



SUMÁRIO

13 **PREFÁCIO**, Luiz Gonzaga Belluzzo

19 **APRESENTAÇÃO**

PARTE I – A VISÃO DO MUNDO

27 **Capítulo 1**
A INSUSTENTABILIDADE DA DESIGUALDADE
James Galbraith

35 **Capítulo 2**
DESIGUALDADE NO LONGO PRAZO
Thomas Piketty, Emmanuel Saez

56 **Capítulo 3**
POR QUE TODOS NOS PREOCUPAMOS COM A DESIGUALDADE
(MAS RELUTAMOS EM ADMITIR)
Branko Milanović

65 **Capítulo 4**
DESIGUALDADE E O FUTURO DO CAPITALISMO
Angus Deaton

PARTE II – A VISÃO DO BRASIL

73 **Capítulo 5**
HERANÇAS HISTÓRICAS DA DESIGUALDADE NO BRASIL: UM DE-
BATE ENTRE O ESTRUTURALISMO E A NOVA ECONOMIA INSTITU-
CIONAL
Alexandre Macchione Saes

- 90 Capítulo 6**
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE REGIONAL NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE SOBRE O NORDESTE BRASILEIRO ENTRE 2003 E 2015, A PARTIR DOS ENSINAMENTOS DE FURTADO
Flaviana Candido Oliveira, Fernando Augusto Mansor de Mattos, Danielle Carusi Machado
- 109 Capítulo 7**
DESIGUALDADE EM SOCIEDADES ESCRAVOCRATAS: UMA REFLEXÃO METODOLÓGICA
Luiz Fernando Saraiva, João Felipe Cury Marinho Mathias, Elione Silva Guimarães, Seme Gebara Neto
- 127 Capítulo 8**
MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADE NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA DE LONGA DURAÇÃO
Alexandre de Freitas Barbosa
- 145 Capítulo 9**
MERCADO DE TRABALHO, SALÁRIO-MÍNIMO E DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL NO PASSADO RECENTE
João Saboia, João Hallak Neto, André Simões, Paulo Dick
- 162 Capítulo 10**
DESIGUALDADE, POBREZA E OS EFEITOS DO MERCADO DE TRABALHO E DAS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA E GARANTIA DE RENDA NO BRASIL: EVIDÊNCIAS DA DÉCADA DE 2010
Flavia Vinhaes, Paulo Dick, Paulo Jannuzzi
- 176 Capítulo 11**
A DESIGUALDADE VISTA A PARTIR DO APARELHO DE ESTADO: O SERVIDOR PÚBLICO EM TEMPOS NEOLIBERAIS
Graça Druck, Luiz Filgueiras, Samara Reis
- 195 Capítulo 12**
DESIGUALDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL DOS ANOS 2010, UMA DÉCADA PERDIDA
Rogério J. Barbosa, Pedro H. G. Ferreira de Souza, Sergei S. D. Soares

- 215 Capítulo 13**
DESIGUALDADE EM SAÚDE NO SÉCULO XXI: CONCEITOS, EVIDÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS
Dalia Romero, Leo Maia, Débora Castanheira
- 235 Capítulo 14**
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL NO SÉCULO XXI
Fábio Waltenberg
- 253 Capítulo 15**
SOBRE A ORIGEM DAS DESIGUALDADES: O CASO DE “THE ORIGIN OF THE DISTINCTION OF RANKS” (1771) DE JOHN MILLAR
Emmanoel de Oliveira Boff
- 270 Capítulo 16**
DESIGUALDADE E TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: O PROBLEMA E A ALTERNATIVA
Carlos Sávio G. Teixeira, Tiago Medeiros
- 285 Capítulo 17**
DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: OS RECUOS EM MARCHA LENTA
Luana Passos, Dyeggo Rocha Guedes
- 304 Capítulo 18**
A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS
Rafael Guerreiro Osorio
- 322 Capítulo 19**
DESIGUALDADE EM EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS COMPARADAS: O CASO DA SUÉCIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA
Felipe Maruf, Fernando Augusto Mansor de Mattos, Marcus Ianoni
- 342 Capítulo 20**
BREVE HISTÓRIA DAS DESIGUALDADES NA CHINA
Isabela Nogueira
- 359 Capítulo 21**
O COMBATE À DESIGUALDADE NA AMÉRICA LATINA: A CONTRIBUIÇÃO DA CEPAL
Marcelo Weishaupt Proni

- 376 Capítulo 22**
MOBILIDADE, POROSIDADE E DESIGUALDADE: “NOVAS” QUES-
TÕES URBANAS
Lucia Capanema Alvares
- 392 Capítulo 23**
DESIGUALDADE AMBIENTAL: CONCEITOS E APONTAMENTOS
PARA O BRASIL
Marcio Alvarenga Junior, Lucas Almeida Nogueira da Costa, Camila Rizzini
Freitas, Natassia Nascimento, Carlos Eduardo Frickmann Young
- 414 Capítulo 24**
TRIBUTAÇÃO E DESIGUALDADE AMPLIADA EM TEMPOS DE PAN-
DEMIA: UMA ALTERNATIVA
Rosa Angela Chieza, Maria Regina Paiva, Dão Real Pereira dos Santos
- 434 Capítulo 25**
TRIBUTAÇÃO E DESIGUALDADE NO BRASIL: UMA ANÁLISE A
PARTIR DAS DECLARAÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA
Rodrigo Octávio Orair, Sérgio Wulff Gobetti
- 456 Capítulo 26**
RICOS, FINANÇAS E TRIBUTOS: APONTAMENTOS SOBRE A DESI-
GUALDADE CONTEMPORÂNEA
Lucas Di Candia, Victor Bridi, Fernando Gaiger Silveira
- 473 AS AUTORAS E OS AUTORES**

PREFÁCIO

LUIZ GONZAGA BELLUZZO

O leitor que se aventurou a ter esse livro nas mãos vai desfrutar da variedade e excelência dos artigos aqui apresentados. Foi uma boa ideia abrir a coletânea com os textos de Piketty, Branko Milanovic, Angus Deaton e James Galbraith.

Isso me permite invocar Joseph Stiglitz. O nobelizado economista sustenta há tempos uma avaliação pessimista, eu diria aflitivamente pessimista, dos rumos da economia e da sociedade americanas.

Stiglitz diz que tudo começou com Reagan nos anos 1980 do século passado. Nos círculos políticos e acadêmicos de então, vicejava a economia da oferta. Eram poucas e simples as ideias: abandonar a regulação, reduzir as alíquotas que incidiam sobre os rendimentos mais elevados. A redução das alíquotas incentivaria a atividade econômica e a desregulamentação ampliaria o *âmbito* de atuação das corporações privadas.

Continua Stiglitz: “Após três décadas, é possível declarar que a experiência foi um fracasso. O crescimento reduziu seu ritmo e seus resultados beneficiaram os poucos situados no topo, 1% da população, ou, ainda pior, beneficiou muito mais a turma da cumeeira, um décimo do 1%. A maioria dos americanos sofreu a estagnação dos rendimentos e os deseducados e pouco qualificados sofreram em dobro. O resultado foi a criação de um ambiente de escassez de oportunidades, o sonho americano tornou-se um mito” (tradução livre).

A macroeconomia de Ronald Reagan defendia a tese do “gotejamento”: as camadas trabalhadoras e os governos receberiam os benefícios da riqueza acumulada livremente pelos abonados empreendedores sob a forma de salários crescentes e aumento das receitas fiscais. A enrolação do gotejamento não entregou o prometido. A migração da grande empresa para as regiões de baixos salários, a desregulamentação financeira e a prodigalidade de isenções e favores fiscais para as empresas e para as camadas endinheiradas não promoveram a esperada elevação da taxa de investimento no território

americano e, ao mesmo tempo, produziram a estagnação dos rendimentos da classe média para baixo, a persistência dos déficits orçamentários e o crescimento do endividamento público e privado. A procissão de desenganos foi acompanhada da ampliação dos déficits em conta corrente e da transição dos Estados Unidos de país credor para devedor.

A crise da classe média americana não é fruto da Grande Recessão, iniciada em 2008, mas é um fenômeno de longo prazo. Desde 1973 até 2010, o rendimento de 90% das famílias americanas cresceu 10% em termos reais, enquanto os ganhos dos situados na faixa dos super-ricos — a turma do 1% superior — triplicaram. Pior ainda, a cada ciclo a recuperação do emprego é mais lenta e, portanto, maior é a pressão sobre os rendimentos dos assalariados.

Mobilidade do capital financeiro e, ao mesmo tempo, *centralização do capital produtivo à escala mundial*. Os lucros foram gordos para os senhores da finança e para as empresas empenhadas no *outsourcing* e na “deslocalização” das atividades para as regiões de salários “competitivos”.

Nos Estados Unidos, os fatores decisivos para o comportamento decepcionante dos rendimentos da maioria da população foram, sem dúvida, a diminuição do poder dos sindicatos e a redução no número de sindicalizados, o crescimento do trabalho em tempo parcial e a título precário, e a destruição dos postos de trabalho mais qualificados na indústria de transformação, sob o impacto do avanço tecnológico e da concorrência chinesa.

O lento crescimento da renda das famílias de classe média foi acompanhado pelo aumento das horas trabalhadas, por conta da maior participação das mulheres, das casadas em particular, no mercado de trabalho. Nas famílias com filhos, as mulheres acrescentaram, entre 1979 e 2000, 500 horas de trabalho ao total despendido pelo casal.

Não resta sequer a ilusão de que a maior desigualdade foi compensada por uma maior mobilidade das famílias e dos indivíduos, desde os níveis mais baixos até os mais elevados da escala de renda e riqueza. Para surpresa de muitos, Stiglitz mostra que a mobilidade social nunca foi tão baixa no país das oportunidades. Há 40 anos, se alguém perdesse o emprego, poderia se mobilizar contra o patronato, ou contra o governo, acusando-o de estar executando uma política econômica equivocada. Ainda que se possa fazer isso hoje, provavelmente o governo vai responder que tudo ocorreu como consequência inevitável da globalização.

No texto “Defining Financialization”, o Roosevelt Institute aponta que os lucros no setor financeiro, que representavam menos de 10% do total dos lucros corporativos em 1950, cresceram para aproximadamente 30% em 2013. Em 1970, os cinco maiores bancos detinham 17% dos ativos bancários agregados, mas em 2010 passam a deter 52% (Dallas Fed).

O jogo da competitividade global aliou-se às novas normas de governança das empresas para concentrar o poder nas mãos dos acionistas e dos administradores da riqueza financeira. As empresas ampliaram expressivamente a posse dos ativos financeiros, não como reserva de capital para efetuar futuros investimentos fixos, mas como forma de alterar a estratégia de administração dos lucros acumulados e do endividamento. O objetivo de maximizar a geração de caixa determinou o encurtamento do horizonte empresarial. A expectativa de variação dos preços dos ativos financeiros passou a exercer um papel muito relevante nas decisões das empresas. Os lucros financeiros superaram

com folga os lucros operacionais. A gestão empresarial foi, assim, submetida aos ditames dos ganhos patrimoniais de curto prazo e a acumulação financeira impôs suas razões às decisões de investimento, aquelas geradoras de emprego e renda.

Nos países desenvolvidos, foram revertidas as tendências à maior igualdade — tanto no interior das classes sociais quanto entre elas — observadas no período que vai do fim da Segunda Guerra até meados dos anos 1970. Desenjaulada, a Coisa desembestou, liberando os impulsos mais profundos de sua natureza. Os bem-sucedidos acumulam “tempo livre” sob a forma de capital fictício (títulos que representam direitos à apropriação da renda e da riqueza), enquanto para os mais fracos a “liberação” do esforço se apresenta como a ameaça permanente do desemprego, a crescente insegurança e precariedade das novas ocupações, a exclusão social.

Estudioso das desigualdades, o ex-economista do Banco Mundial Branko Milanovic borrifou maldades e ironias nas fatiotas dos macanudos de Davos. “Como sabemos, os temas mais importantes de nossa *época*, a pobreza e a desigualdade, frequentam permanentemente as preocupações dos participantes. Infelizmente, eles não conseguem tempo ou dinheiro, talvez lobistas empenhados, para ajudar na consecução das políticas que dizem apoiar durante as sessões oficiais do evento. Por exemplo: aumentar os impostos que recaem sobre os rendimentos do 1% mais rico ou sobre grandes heranças...”

O modelo neoliberal continua a impor-se mediante seus automatismos, a despeito da dissolução do consenso. As camadas dominantes e rentistas, depois de lançarem a economia mundial no colapso, exigem uma aceleração histórica das políticas perversas e portadoras de mais desigualdade.

As novas formas financeiras contribuíram para aumentar o poder das corporações internacionalizadas sobre grandes massas de trabalhadores, permitindo a “arbitragem” entre as regiões e nivelando por baixo a taxa de salários.

As fusões e aquisições acompanharam o deslocamento das empresas que operam em múltiplos mercados. Esse movimento não só garantiu um maior controle dos mercados, como também ampliou o fosso entre o desempenho dos sistemas empresariais “globalizados” e as economias territoriais submetidas a regras jurídico-políticas dos Estados Nacionais. A abertura dos mercados e o acirramento da concorrência coexistem com a tendência ao monopólio e debilitam a força dos sindicatos e dos trabalhadores “autônomos”, fazendo periclitar a sobrevivência dos direitos sociais e econômicos, considerados um obstáculo à operação das leis de concorrência.

Nesse ambiente darwinista, são cada vez mais frequentes as arengas dos economistas, sacerdotes da religião dos mercados, contra as tentativas dos simples cidadãos e cidadãs de barrar a marcha do Moloch insaciável e *ávido* por expandir o seu poder. A gritaria dos sábios das finanças é desferida contra os “desvios” da política, contra os surtos de “populismo”.

Escabroso em sua simplicidade, tal arremedo de inteligência imagina que o debate econômico se desenvolve em um ambiente a-histórico, movendo-se eternamente entre a racionalidade dos economistas e o populismo das urnas. Essa gerigonça intelectual reproduz a obsessão dos conservadores de todos os tempos e lugares com o “vício” populista dos governos que arriscam políticas sociais.

Quando um sábio ou magano da finança e da economia saca do coldre a palavra populismo, meus ouvidos traduzem “é um assalto”. Levanto os braços imediatamente diante das ameaças do agente racional engomado.

As Desigualdades Brasileiras

O fervor da desigualdade que se abriga na alma dos Senhores da Terra Basilis e de seus beleguins remediados é genético, originário do DNA colonial e escravagista Esse DNA que não admite qualquer ousadia dos subalternos na busca da maior igualdade.

Essa marca da vida social brasileira é chocantemente *óbvia* e escancarada. Esse estigma resiste a todos os disfarces que os liberais-autoritários simulam com o propósito de esconder suas hipocrisias. Gestado nos anos 30 do século passado, o *éthos* do desenvolvimento nasceu da aliança entre as camadas empresariais nascentes, o estamento burocrático-militar, lideranças intelectuais e o proletariado em formação. O projeto era aproximar o País das formas de produção e de convivência que não poderiam ser alcançadas através da simples operação das forças naturais do mercado.

Esse arranjo de classes sofreu as dores da convivência conflitiva com as oligarquias agrárias. A repactuação continuada desse compromisso deu sobrevida às mazelas do colonial-escravismo: a persistência da estrutura agrária; a reprodução e ampliação das desigualdades sociais, transportadas do campo para a cidade; o patrimonialismo e o rentismo que assola o sistema financeiro; a eterna revolta contra o pagamento de impostos por parte dos endinheirados

Os trogloditas brasileiros acumulam no inconsciente a herança dos pensadores liberais. Mandeville, por exemplo, tinha horror a qualquer intervenção legislativa do Estado destinada a proteger “aquela parte mais mesquinha e pobre da sociedade”, condenada a desenvolver um “trabalho sujo e digno de escravos”. Recomendava enfaticamente que fossem obrigatórias para pobres e iletrados a doutrinação religiosa e a frequência à igreja aos domingos. “Essa gente” deveria, além disso, ser impedida de participar de qualquer outro divertimento no dia do Senhor.

Locke recomendava uma vigorosa ação do Estado em relação à chusma de vagabundos e desempregados. Esta rafameia deveria ser internada, para recuperação, em workhouses, verdadeiros antecessores dos campos de concentração. O grande Alexis de Tocqueville indignava-se com as tentativas demagógicas dos trabalhadores de reduzir a jornada de trabalho, uma interferência indevida na liberdade de contratação entre patrões e empregados, mas não trepidava em exigir severas limitações ao afluxo da população do campo para as cidades.

O apetite voraz de muitos brasileiros ricos e bonitos por preconceitos de todos os matizes chegou ao ponto da regurgitação. Na onda recente de mastigação de impropérios racistas, homofóbicos e regionalistas, tal voracidade encontrou auxílio nos maxilares que proclamavam as virtudes da “meritocracia”.

A rejeição do “outro” não só atingiu os níveis mais profundos daquelas almas nativas, mas também conseguiu angariar novos adeptos. A rejeição é mais profunda porque

atingiu, de forma devastadora, os sentimentos de pertinência à mesma comunidade de destino, suscitando processos subjetivos de diferenciação e desidentificação em relação aos “outros”, ou seja, à massa de pobres e miseráveis. E essa desidentificação vem assumindo cada vez mais as feições de um individualismo agressivo e antirrepublicano.

É ocioso dizer que tais expectativas e anseios não são um desvio psicológico, mas enterram suas raízes nas profundezas da desigualdade que há séculos assola o País. Produtos da desigualdade secular e daquela acrescentada no período do desenvolvimentismo a qualquer preço, as classes cosmopolitas têm sido, ao mesmo tempo, decisivas para a reprodução do *apartheid* social e impiedosas na crítica ao uso da política fiscal para promover melhor distribuição de renda. Isso para não falar dos ataques à redução da pobreza absoluta, acoimada de “assistencialismo”.



APRESENTAÇÃO

Esta obra começou a ser concebida durante minha estadia em Columbia, onde estive entre julho de 2017 e junho de 2018, como visiting-scholar (pesquisador-visitante) no Institute of Latin American Studies (ILAS), desenvolvendo pesquisa cujo título era “Economic Inequality and Income Distribution” (Desigualdade Econômica e Distribuição de Renda), no qual tratei tanto dos países desenvolvidos como dos países da América Latina e do Brasil, em particular.

Naquele ano sabático, tive a oportunidade de ler textos de vários autores e autoras da Ciência Política e de ler ou reler obras de economistas políticos que eu já conhecia ou vim a conhecer. Historiadores e sociólogos estrangeiros também estiveram presentes no meu rol de leituras. As principais conclusões a que cheguei naquele período eram de que a desigualdade deveria ser tratada também sob o aspecto social; da mesma forma, percebi que seria imperioso, a quem desejasse fazer uma avaliação da recente trajetória de hiperconcentração da renda e da riqueza, cuidar de compreender as relações de poder nas sociedades, pois a Democracia (merece o D maiúsculo?) sob o neoliberalismo, ao contrário do que, bem ou mal, ocorrera durante os Anos Dourados do Capitalismo, tem sido pródiga em promover a ampliação das desigualdades, ao invés de tentar mitigá-las, como ocorreu durante a ordem financeira internacional construída no imediato pós-segunda guerra (período que ficou conhecido como o “regime de Bretton Woods”).

Considero que as minhas reflexões em Columbia, dentro do eterno aprender que caracteriza essa prazerosa profissão de pesquisador e professor universitário, representaram um amadurecimento em relação aos tempos em que eu recorria aos dados de renda do trabalho para ilustrar e analisar a escandalosa concentração de renda brasileira, no início dos anos 1990. Na época, eu já me incomodava com o fato de que era precária a base de dados sobre as diversas fontes de renda, o que dificultava a obtenção

de informações acuradas referentes à distribuição funcional da renda e a rendimentos de outras fontes que não a do trabalho para avaliar a magnitude da concentração pessoal da renda. Hoje, entendo que a compreensão do processo de concentração de renda e da multidimensionalidade e complexidade da desigualdade econômica e social exigem que sejam interpretados, conjuntamente, os dados de distribuição pessoal e de distribuição funcional da renda, assim como questões como acesso à saúde e educação públicas, acesso à moradia, ao transporte e o tema da tributação — sem esquecer das desigualdades de gênero e das raciais, entre outras. Assim, o que se desprende é que a desigualdade deve ser necessariamente tratada com multidimensionalidade e também de maneira multidisciplinar. Daí o título do livro ter a palavra desigualdades, assim mesmo, no plural.

O livro começava a ser concebido ali, nas manhãs, tardes e noites frias de Nova Iorque, mas mal sabia eu que o que faria a ideia do livro prosperar seriam as conversas com grandes amigos (também ótimos economistas), que mantive depois da minha volta ao Rio de Janeiro, a começar pelas conversas com João Hallak Neto, com quem eu já tinha tido a experiência de dividir uma coluna no *Jornal do Brasil*, na era de seu último sopro, tentando resistir ao monopólio da informação neste país tão desinformado (e deformado). Outro impulso se deu com o incentivo de Victor Leonardo Araújo, colega na Faculdade de Economia na UFF, com quem eu acabara de dividir a organização do livro “A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma: novas interpretações” (título bem urdido, concebido por ele). A boa repercussão do nosso livro e a excelente relação que desenvolvemos com a HUCITEC acabariam sendo importantes para que Victor e eu percebêssemos que um livro tratando do tema que eu desenvolvi em Columbia poderia dar uma obra interessante. Victor se absteve de participar desta nova empreitada, mas ficamos João e eu, firmes, em uma ideia que já vinha caminhando, ainda sem muita clareza, desde os tempos das colunas no JB.

Mas, naquele final de 2018, estava amadurecida a decisão de fazer o livro, e, assim, João e eu começamos a tratar dos temas e nomes para escrever artigos que se transformariam em capítulos. Resolvemos convidar pessoas de todo o Brasil e de várias instituições de ensino e pesquisa.

Decidida a empreitada, comentei com Fernando Gaiger, em um de nossos encontros semanais na Adegá Pérola, e ele, que com sua habitual verve e ousadia (a quem também devemos a aproximação com OXFAM, que nos concedeu valioso patrocínio), nos sugeriu convidar Piketty e Milanovic a participarem do livro. Nessa onda de otimismo e empolgação, enviei também mensagens eletrônicas para Angus Deaton e para James Galbraith. E aqui vale um depoimento importante, que é um elogio a todas e todos aqui presentes nesta obra, mas também à própria academia brasileira: enviei uma mensagem idêntica, separadamente, a cada um dos quatro e, nesta mensagem, deixei claro que eu e meus colegas, João e Fernando, já havíamos formulado convites a algumas e alguns das e dos melhores pesquisadores sobre desigualdade, sob os variados temas de que ela se reveste, dentro da academia brasileira e também de suas melhores instituições de pesquisa. As respostas de cada um dos autores estrangeiros vieram, sem exceção, em 24 horas, o que me fez entender que a academia brasileira é muito respeitada no exterior, além de sermos um país que (neste caso infelizmente) é motivo de curiosidade intelectual.

tual, notadamente no que tange a este tema. Por isso, registramos aqui também nossos agradecimentos a tod@s que aceitaram participar do projeto.

A escolha das diversas modalidades de desigualdades pode ser resumida pelo que as obras do importante urbanista italiano Bernardo Secchi (a cujos livros tive acesso graças às conversas com minha querida amiga Lucia Capanema) me fizeram refletir. Mas, antes de descrever como se materializou a escolha dos temas que compõem este livro, é importante destacar que a tragédia da Covid-19 surge depois que os convites já tinham sido formulados. Ingenuamente, pensávamos que o período de “isolamento social” não só seria curto, como também abriria uma oportunidade de desfrutar de mais tempo para a produção dos textos. Ledo engano...

Não gostaria de me alongar sobre esse período infausto da História da Humanidade e, em especial, da História do nosso país e de seus quase 700 mil mortos. A menção ao período da Covid-19 faz-se necessária para alertar às leitoras e aos leitores que, como os convites haviam sido feitos antes da pandemia, eu deixei tod@s à vontade para incluir ou não dados que relatassem o período (em muitos artigos, não seria o caso, pois se tratam de textos teóricos ou que discutem aspectos estruturais da desigualdade, como se perceberá das leituras). Algumas pessoas me ligaram durante a pandemia, dizendo que iriam usar dados mais recentes. Eu e meus colegas organizadores incentivamos, claro.

Resta óbvio que a pandemia escancarou as desigualdades brasileiras, mas nem precisaria ter acontecido essa tragédia para que a relevância dos temas abordados fosse exaltada. Afinal de contas, todas as dimensões das desigualdades brasileiras têm causas seculares e estão interligadas.

Esta correlação entre as diversas dimensões da desigualdade pode ser ilustrada, como eu disse, pela obra de Secchi, teórico que cunhou o conceito de “nova questão urbana”,¹ o qual, na prática, permite relacionar quase todos os temas abordados no nosso livro. No cenário de Covid-19 no Brasil, com todas as dificuldades de um país em que apenas cerca de 8% dos trabalhadores, segundo pesquisas recentes do IBGE, podem trabalhar em casa (ou seja, a vida nas ruas é fundamental para que mais de 90% dos brasileiros possam sobreviver), a questão urbana e as desigualdades que ela encerra expõem as diversas dimensões das iniquidades sociais brasileiras. Em poucas palavras: a distância entre pobres e ricos. O conceito não se resume à questão da mobilidade urbana (tema tratado neste livro), mas engloba também aspectos ambientais, culturais, sociais e outros, sempre associados à questão do usufruto e do acesso desigual das pessoas aos diferentes espaços das cidades. Secchi não perde de vista que a globalização, tal qual foi moldada nas últimas quatro décadas, promoveu ampliação da desigualdade econômica e social, em contexto de uma desmontagem dos mecanismos de proteção social do trabalho, e de uma deterioração ambiental sem precedentes na História do capitalismo. Para o urbanista, as cidades nada mais são do que a expressão desses processos degenerativos.

Em um país como o Brasil, com um mercado de trabalho flexível e desestruturado, e com um histórico de capitalismo tardio (tema também retratado neste livro) e urbanização rápida e desordenada, esse quadro se mostra ainda mais dramático do que

¹ SECCHI, Bernardo. “La città dei ricchi e la città dei poveri”, publicado na Itália em 2013 e, no Brasil, publicada em outubro de 2019 pela editora mineira Âyiné, com o título “A cidade dos ricos e a cidade dos pobres”.

no mundo ocidental desenvolvido que deu origem às formulações teóricas de Secchi. O recente cenário de pandemia no Brasil é mais do que autoexplicativo. Este livro, conforme já afirmamos, não tem como ponto de análise o contexto da Covid-19, mas todos seus artigos (teóricos, históricos, os de comparação internacional, e os que se apoiam em análises de dados) permitem às leitoras e aos leitores uma interpretação completa do cenário atual e das manifestações de suas iniquidades. Com Secchi aprendemos também que a análise da questão urbana deve estar articulada com a análise das políticas econômicas e das políticas públicas. E que a questão urbana não é apenas resultado das políticas acima citadas, mas pode também ser ativa, no sentido de influenciar as decisões tomadas nos ministérios das áreas econômicas e sociais.

As formulações teóricas de Secchi mostram que a vida urbana é afetada pelas mudanças nos padrões de acumulação capitalistas e pela maneira com que se moldam as relações sociais a cada novo contexto histórico. Nessa quadra de flexibilização dos mercados financeiros e dos mercados de trabalho, bem como de abertura dos novos fluxos de capitais e de mercadorias, a vida urbana sofreu intensas modificações, tornado o espaço urbano um local bastante diferente daquele que ilustrou a origem da vida nas cidades, conforme pondera Secchi (2019): “nas culturas ocidentais, por muito tempo a cidade foi vista como um espaço de integração social e cultural”.

Esta natureza gregária das cidades foi se transformando ao longo dos séculos, culminando, a partir da segunda metade do século XX e em especial a partir do momento em que o neoliberalismo se torna a norma das políticas macroeconômicas, com uma série de movimentos de exclusão social e espacial, que coincide com o momento em que as moradias vão deixando de ser um bem social para se transformarem em mercadorias como outras quaisquer e em ativo financeiro, conforme mostra Rolnik (2015).²

A era da hegemonia das finanças e da crescente manifestação do capital fictício nos espaços urbanos vai consolidando novas formas de segregação e de desigualdades de toda sorte. Rolnik (2015) denuncia que a crescente massa de recursos financeiros (desregulamentados e internacionalizados) “passou a buscar cada vez mais novos campos de aplicação, transformando setores (como *commodities*, financiamento estudantil e planos de saúde, por exemplo) em ativos para alimentar a fome de novos vetores de aplicação rentável para os investidores”.

Neste contexto, também a constituição de novos sistemas financeiros de habitação resulta dessa demanda insaciável de valorização do capital, promovendo não apenas uma nova trajetória na concentração da riqueza (nas formas de ativos imobiliários), mas também “reorganizando” as cidades de tal maneira que outras formas de desigualdades se consolidem e se reproduzam. A posse de ativos imobiliários, por sua vez, dá lastro (até que se estourem as bolhas...) para a expansão do consumo, “compensando” (por tempos determinados — muitas vezes fugazes) a queda dos salários reais e/ou a instabilidades dos rendimentos familiares derivados do trabalho³ — uma vez que a fle-

2 ROLNIK, Raquel. “Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças”, Editora Boitempo (2015, em primeira impressão).

3 Obras recentes do sociólogo marxista alemão Wolfgang Streeck (destacando-se o livro “Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático, editada em 2018 pela editora Boitempo) destacam o papel da especulação imobiliária como lastro para a obtenção de crédito e, assim, para a conformação dos padrões

xibilização do trabalho se mostra como um SINÔNOMO da desigualdade econômica e social, conforme tem sustentado o professor James Galbraith em seus estudos recentes.

Este aspecto das várias dimensões da desigualdade econômico-social em processo de ampliação desde os anos 1980 é objeto de preocupações também para os profissionais e pesquisadores de diferentes vertentes do pensamento crítico em relação ao neoliberalismo dentro da Ciência Política, uma vez que a cobiça dos mercados financeiros pelo mercado de moradias não apenas promove a concentração da renda e da riqueza, por óbvio, como também torna-se mais um elemento a lançar o desiderato do grande capital em interferir em eleições e também na execução dos mandatos parlamentares, ampliando, através das instituições democráticas, a política neoliberal do “vencedor leva tudo”, conforme têm demonstrado os estudos conjuntos dos professores Jacob Hacker, da Universidade de Yale, e Paul Pierson, da Universidade da Califórnia (Berkeley).

É, portanto, no espaço urbano que ocorrem os conflitos entre capital e trabalho, que se expõem as diferenças de renda e de riqueza, que se tornam visíveis as diferenças de gênero e de raça, que são sofridos (de forma especialmente desigual, é claro) os problemas ambientais, que se consolidam diversas formas de injustiças, desde a tributária até as decorrentes das dificuldades de mobilidade urbana — todas elas promovendo iniquidades nos direitos de cidadania e de aspiração das pessoas a um futuro melhor.

Todos estes temas estão contemplados em nosso livro e daí a necessidade de se abordar a questão da desigualdade sob um ponto de vista multidisciplinar. A desigualdade econômica é um tema muito complexo para ser deixado apenas para os economistas... Sem contar que outras muitas dimensões da desigualdade devem ou deveriam merecer também igual atenção. Desta forma, entendemos que este livro deve ser lido como “um todo” e caberá à leitora ou ao leitor escolher a ordem com que vai ler os capítulos.

Por fim, vale registrar alguns breves comentários sobre as obras dos autores estrangeiros.

O trabalho de Piketty e Saez aqui reproduzido é reconhecido pelo próprio Piketty, no capítulo introdutório de “O capital no século XXI”,⁴ como uma síntese dos seus primeiros estudos sobre o tema, que se materializaram no início do século XXI, e que contaram com parcerias importantes com seu então orientador, Anthony Atkinson, bem como com Emmanuel Saez, Facundo Alvaredo, Fabien Dell, Abhijit Banerjee e Nancy Qian (Piketty, 2014, p. 24). Portanto, o artigo (publicado originalmente na revista *Science*, que nos forneceu a permissão para tradução) tem uma importância histórica dentro da própria obra do autor, além de se constituir em um excelente apanhado geral da trajetória da desigualdade econômica nos principais países desenvolvidos ao longo do século XX e início do XXI.

A obra de James Galbraith se destaca pelo fato de postular a necessidade de se transferir do microeconômico para o macroeconômico a interpretação da trajetória da concentração da renda das últimas décadas. Desta forma, ele expõe a inadequação da discussão sobre a desigualdade descrita em modelos (que os organizadores deste livro entendemos não servirem para rigorosamente nada) de uma microeconomia

de consumo — entre outras questões relacionadas às mudanças dos padrões de acumulação capitalista desde o segundo pós-guerra.

⁴ PIKETTY, Thomas. “O capital no século XXI”. Editora Intrínseca, 2014.

neoclássica que procuram tirar conclusões para um tema complexo a partir da “interação” entre curvas de oferta e demanda no “mercado de trabalho”. O artigo de Galbraith escolhido pelos organizadores deste livro oferece aos leitores, iniciados ou não, uma boa dimensão dos aspectos sobre os quais o autor coloca a discussão: no debate sobre fatores macroeconômicos, na relação entre economia e poder e, nesse sentido, nos efeitos das transformações da ordem financeira internacional sobre os padrões de acumulação capitalista e deles sobre os perfis de distribuição de renda e das mudanças recentes da composição da riqueza (e das rendas dela provenientes).

O artigo de Branko Milanovic mostra a importância de se estudar e de se refletir sobre o tema da distribuição de renda — destacando seu papel em ajudar a compreender a forma pela qual se dá a organização das sociedades capitalistas contemporâneas. Irônico ser ele um sérvio que, em sua juventude, era “cobrado” em seu país de origem sobre a “desnecessidade” de se estudar este tema em um país socialista e, na maturidade, trabalhando no Banco Mundial, ser instado a deixar o tema de lado, certamente por parte de economistas (e os há aos montes...) para os quais a desigualdade não deveria sequer ser investigada ou, caso fosse, dever-se-iam buscar argumentos teóricos para justificá-la.

O artigo de Angus Deaton, Prêmio Nobel de Economia, expressa sua preocupação com os efeitos da desigualdade sobre as Democracias ocidentais.

Vale o registro de que esta apresentação contou com sugestões dos coorganizadores a um primeiro rascunho que eu redigi. Eu quero também testemunhar que a inteligência invulgar de João Hallak Neto e de Fernando Gaiger foram decisivas para o resultado do livro. Sem eles, certamente este livro coletivo teria tido qualidade muito menor.

As excelentes traduções feitas por Janaina Perotto realçam a qualidade dos artigos dos autores estrangeiros e os tornam acessíveis a um público muito mais amplo.

Boa leitura a tod@s!

Fernando Augusto Mansor de Mattos

* * *

Após a cuidadosa e completa apresentação feita pelo amigo e idealizador do livro, Fernando Mattos, cabe a mim agradecer seu convite para participar e contribuir com obra tão rica, plural e oportuna. Rica pela qualidade dos autores, plural por sua necessária multidisciplinaridade e oportuna pela relevância do tema. Agradecimento que se estende ao amigo Fernando Geiger, prestigiado pesquisador do IPEA. Foi um aprendizado e um prazer compartilhar a organização do livro com estas duas referências que fazem parte de minha vida profissional e que reúnem, ambos, qualidades como honestidade intelectual, inteligência e generosidade. Afinal, o empenho em estudar e diagnosticar as Desigualdades é também um passo no sentido de se combater as injustiças sociais que nos incomoda a todos. Nesse sentido, cabe também agradecer aos autores convidados, brasileiros e estrangeiros, que enriqueceram este livro com seus valiosos trabalhos. Da mesma forma à HUCITEC Editora, que nos ofereceu totais condições e liberdade para levar o projeto adiante. E, claro, um agradecimento final e especial a quem nos motiva

a produzir tal conteúdo: o público leitor! Desejamos que o conteúdo oferecido contribua para a organização das ideias em prol de uma sociedade menos desigual nos seus diversos campos!

João Hallak Neto

Fico muito grato por participar desse projeto. Tenho buscado na minha carreira aproximar pesquisadores e esse livro vem coroar esse esforço. É trabalhoso e, por isso, devo agradecer ao Fernando e ao João pela generosidade em me absterem, em várias ocasiões, do trabalho mais pesado. Sinto muita alegria por ser organizador de um livro com dois amigos que fiz na minha mudança para o Ipea-Rio. Fernando, do PPGE da UFF, que possibilitou minha vinda ao me receber para estágio de pós-doutoramento pelo PNPd, e o João, exemplo do porquê o IBGE ser a instituição referência para qualquer cientista social brasileiro. Orgulhoso, ainda, de ser pela Hucitec, a editora que frequenta minhas estantes desde os anos 1980; como originário das ciências agrárias, a editora é das poucas que publicam livros acadêmicos na área social sobre o mundo agrário.

O livro conta com uma diversidade de olhares sobre a desigualdade, o que amplia o público e os debates de situação que envergonha nosso país. Boa leitura!

Fernando Gaiger Silveira